



Tratado de Lisboa passa sem referendo

"Há uma carga negativa acumulada em relação à UE"

Os portugueses elegem os eurodeputados mas nunca foram chamados a pronunciar-se sobre a Europa: quando o fizerem "pode haver um ajuste de contas"

Em mais de 20 anos de integração, os portugueses nunca se pronunciaram sobre a União Europeia (UE). Nunca houve em Portugal um referendo ou qualquer espécie de consulta pública sobre questões europeias. Segundo António Covas, professor da Universidade do Algarve, "há uma carga negativa acumulada em relação à UE", por isso, quando e se os portugueses alguma vez forem chamados a pronunciar-se, "pode haver um ajuste de contas".

António Covas falava, sexta-feira, em Faro, durante um debate sobre a UE organizado pela Civis - Associação para o Aprofundamento da Cidadania. O encontro, onde também participou a eurodeputada Jamila Madeira, tinha um triplo significado: a associação organizadora comemorava o seu 11º aniversário, celebrava-se o Dia da Europa (9 de Maio) e a data acabou por ficar marcada pela promulgação do Tratado de Lisboa pelo Presidente da República. Ou seja, mais uma vez sem consulta pública, nesse dia Portugal ratificara em definitivo o sucedâneo da defunta Constituição, solenemente rejeitada, uns anos antes, pelos cidadãos franceses e holandeses.

Segundo a Civis, "não re-



ferendar o Tratado de Lisboa foi uma oportunidade perdida de reforçar a cidadania europeia". Para Jamila Madeira, o referendo seria "um presente envenenado", especialmente porque não havia tempo para explicar e debater o documento. A eurodeputada acusou a CDU e BE [votaram contra a ratificação do Tratado] de "desonestidade", porque ao defenderem "o referendo e depressa" estavam, na verdade, a expressar a sua matriz antieuropeia, transferindo para os cidadãos o ónus ou a responsabilidade de um eventual fracasso do processo de instituição daquele "instrumento crucial" para o funcionamento da UE.

De acordo com Jamila Madeira, com o Tratado é dado um "passo subliminar gigantesco" para trabalhar

a política de defesa da UE. Entre outras virtualidades, defendeu a eurodeputada, o Tratado introduz "ganhos democráticos". Por exemplo, os parlamentos nacionais vão passar a ser consultados [têm oito dias para se pronunciar] sobre as propostas da Comissão Europeia, aumentando, dessa forma, "a sua capacidade de fiscalização e controlo prévio", sustentou.

Para António Covas o Tratado só peca por defeito: mantém sob o foro estrito da soberania dos Estados-membros as questões da "governança económica" (impostos, leis laborais e segurança social); "não trata as questões geoestratégias ou a agenda global" (terrorismo, alterações climáticas etc.); nem resolve a questão "orçamental" - a UE "continua a depender

em 75 por cento das transferências de dinheiro dos Estados-membros", lamentou.

Segundo o professor universitário, a Europa vai caminhar "inevitavelmente" para uma Federação, por isso defende a criação na UE de uma "Câmara Alta ou Senado", onde estivessem representadas as "regiões" [os vários Estados-membros], "com igual número de senadores", independentemente da dimensão demográfica ou económica do respectivo país.

O Tratado de Lisboa, aprovado durante a presidência portuguesa da UE, já foi ratificado por 14 Estados-membros. Para vigorar terá de ser aprovado por todos os países da UE. A Irlanda é o único país onde o documento vai ser referendado.